



# SINOPSE SINTIUS

INFORMATIVO DIÁRIO DO SINDICATO DOS URBANITÁRIOS

18/11/2019

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

## Planejamento é palavra de ordem após a reforma

A Nova Previdência, que começou a valer na semana passada, exigirá dos jovens planejamento financeiro e mudança de hábitos para chegar à Terceira Idade com dinheiro suficiente para viver dias tranquilos, avisam os especialistas. “Contribuir para a Previdência Social é obrigatório. Mas, cada vez mais, o sistema servirá para cobrir os chamados riscos sociais, como doença e morte, por exemplo”, diz o advogado Cleiton Leal Dias Júnior.

### POR ONDE COMEÇAR

Quem quiser garantir um rendimento melhor terá de trilhar o caminho por conta própria. Saber investir será a chave do sucesso. Portanto, dê uma olhada nos sete passos que podem ajudá-lo nesse trajeto. “O primeiro ponto é não ficar amarrado às regras antigas. Os jovens têm que se adaptar ao novo. Para isso, precisam ter clareza e fazer previsão do que querem para o futuro”, diz o consultor financeiro Uesley Lima. Agora é hora de decidir quanto se quer na conta bancária mensalmente após a aposentadoria para não passar perrengue e, depois, se preparar para investir.

O maior ponto a favor dos jovens é o tempo para pensar, organizar e poupar. Quanto mais tempo para guardar dinheiro, menos precisarão dispor agora, quando começam a entrar no mercado de trabalho e recebem salários menores, destaca o professor de Economia e Finanças da Fiap, Marcos Crivelaro. “Há um número mágico, como uma espécie de dízimo, que é guardar pelo menos 10% do salário. Mas, quando se vê estatísticas de vários países, dificilmente se bate essa marca. Já nas nações mais desenvolvidas e com nível salarial maior, esse percentual aumenta”. O pontapé inicial passa por mudança de hábitos e encarar o investimento como algo vital para a vida. “Em vez de torrar o salário, a pessoa terá de criar hábito de poupar em coisas que darão rendimento ao longo da vida”, informa o economista e diretor da Strong Esags, Eduardo Becker.

Leia mais: [Jornal A Tribuna – 18/11/2019](#)

## Sabesp tem lucro líquido de R\$ 1,209 bilhão no 3º trimestre, alta de 113,9%

A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) registrou lucro líquido de R\$ 1,209 bilhão no terceiro trimestre, um crescimento de 113,9% em relação aos R\$ 565,2 milhões apurados em igual período de 2018. O Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ajustado da Sabesp alcançou R\$ 3,009 bilhões entre julho e setembro, subindo 109,8% na comparação anual. A margem Ebitda ajustada atingiu 55,6% no período, ante 37,6% observados um ano antes. No mesmo período, o Ebit ajustado avançou 133,1%, para R\$ 2,545 bilhões. Em relatório que acompanha o balanço, a companhia atribuiu o desempenho do trimestre a uma série de fatores, com destaque para o início de operações em Santo André, em agosto, e em Guarulhos. Em relação a Santo André, a Sabesp diz que o acordo firmado com o município teve um impacto inicial positivo de R\$ 1,275 bilhão na receita operacional do trimestre e provocou redução de R\$ 41,7 milhões nas despesas. Já em relação a Guarulhos, no trimestre, houve reconhecimento de R\$ 115,6 milhões na receita operacional e de R\$ 37,4 milhões nos custos e despesas (desconsiderando a receita e os custos de construção).

A receita operacional líquida da empresa ficou em R\$ 5,411 bilhões entre junho e setembro, alta de 42% na comparação anual. Por fim, a Sabesp teve uma despesa financeira líquida de R\$ 719,9 milhões no trimestre, 173,9% superior à apurada em igual período de 2018. A alta foi puxada pelas variações monetárias e cambiais, que subiram de R\$ 167,7 milhões para R\$ 534,3 milhões na comparação ano contra ano, principalmente por causa da valorização do dólar e do iene no período.

Fonte: <https://www.seudinheiro.com/>

## Privatização do saneamento trava no Congresso com resistência de representantes do Norte e Nordeste

O projeto que facilita a entrada da iniciativa privada no setor de saneamento enfrenta dificuldades para avançar no Congresso. Na Câmara, sofre atrasos por causa de resistência das bancadas do Norte e do Nordeste, além da oposição. Deputados reclamam ainda de falta de atuação do governo. No Senado, onde as bancadas são organizadas por estado e o lobby de governadores é mais forte, a proposta deve ter vida ainda mais difícil. A principal divergência refere-se aos contratos de programa, que são assinados diretamente entre municípios e companhias estaduais de água e esgoto, sem concorrência.

Hoje, os prefeitos podem fazer contratos com empresas privadas, mas alegam que há muita burocracia que dificulta o processo. Com o texto apoiado pelo governo, esse tipo de contrato seria substituído por uma concessão, em que é necessário concorrência com o setor privado. O projeto, apontado como prioridade pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) e apoiado pelo governo Jair Bolsonaro, foi aprovado em comissão especial da Câmara no dia 30 de outubro.

A previsão inicial era de que o texto fosse ao plenário na próxima terça-feira (19). No entanto, a votação deve ser adiada (ao menos) para o dia 26 de novembro. O relator do projeto na Câmara, Geninho Zuliani (DEM-SP), afirmou que a demora se deu por causa das turbulências políticas provocadas pela decisão de proibir o início do cumprimento da pena após condenação em segunda instância, e a consequente soltura do ex-presidente Lula.

Os temas monopolizaram a agenda da Câmara nas últimas semanas —que também foram marcadas por interdição com a cúpula dos Brics na Esplanada e o feriado da Proclamação da República. Parlamentares que participaram da discussão na comissão, porém, dizem que as confusões são apenas uma parte do motivo do adiamento, e que as negociações para a aprovação no plenário não foram concluídas.

**Leia mais:** Jornal Folha de S. Paulo – 17/11/2019

## Para o Dieese, MP 905 é novo desmonte de direitos, uma ‘bolsa-patrão’

Sob o pretexto de estimular o primeiro emprego dos jovens, o governo decreta nova reforma trabalhista, afirma o Dieese, que em nota técnica lista uma série de itens contidos na Medida Provisória (MP) 905: criação de modalidade de trabalho precário, intensificação da jornada, enfraquecimento da fiscalização, redução do papel da negociação coletiva. Por fim, aponta o instituto, “beneficia os empresários com uma grande desoneração em um cenário de crise fiscal, impondo aos trabalhadores desempregados o custo dessa ‘bolsa-patrão’”.

Para o Dieese, o esperado pacote para criação de empregos é uma decepção. “Não deve criar vagas na quantidade e qualidade necessárias e, ao contrário, pode promover a rotatividade, com o custo adicional de reduzir direitos e ter efeitos negativos para a saúde e segurança dos trabalhadores e trabalhadoras”, alerta.

Na nota técnica, o departamento lembra que o país já passou por ampla “reforma” trabalhista em 2017, ainda na gestão Temer, “com o objetivo de reduzir, desregulamentar ou retirar diversos direitos relativos às condições de trabalho”. A Lei 13.467, implementada em novembro daquele ano, criou modalidades de trabalho precário, reduziu garantias de itens como salário e férias, facilitou a demissão e dificultou o acesso do empregado à Justiça do Trabalho. “Além disso, aprovou pontos com repercussão negativa na organização sindical e no processo de negociação coletiva.”

O Dieese afirma ainda que a MP “está em desacordo” com a Convenção 144 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre diálogo tripartite (governo, trabalhadores e empresários) para alteração de normas trabalhistas. E não respeita sequer as regras de uma medida provisória, ao não comprovar a urgência da questão, sem contar que inclui temas sem relação com o objeto principal. “Por fim, retoma propostas já rejeitadas pelo Congresso Nacional em outras MPs editadas neste ano, como é o caso da liberação total do trabalho aos domingos e feriados”, acrescenta.

**Fonte:** Rede Brasil Atual - <http://cnti.org.br/html/noticias.htm>